



Berlim

Macau

Nóia e Paranóia

a dinâmica da natureza humana

A um estado inicial de consciência consubstanciada e indiferenciada de nós próprios que se caracteriza por *bem estar* chama-se *nóia*. O mesmo sentido que em inglês e alemão converge em *bliss* e *wohl*, e para chinês 極樂 (*gek lok*).

A este estado, os nossos mecanismos da consciência tendem a incorporar categorias de diferenciação, psicológicas e materiais, que nos demarcam dessa origem, seja por mera separação, seja por alienação. É esta uma condição existencial, de natureza ansiosa, que nos coloca *ao lado de nós próprios* e que, por isso, se chamou *para nóia*.

O paradoxo associado a esta condição está na oposição dos anseios que actuam em simultâneo nesse processo. Se *nóia* desenvolve em potencial a necessidade de estados exteriores diferenciados, *paranóia*, por sua vez, almeja por um regresso a *nóia*. É este mecanismo que

posiciona os indivíduos e as sociedades, em momentos da sua existência e da sua identidade, com predisposições e orientações específicas.

Mas, para apaziguar a natureza ansiosa deste conflito, assiste a capacidade humana de criar um ser artificial de nós próprios sempre que necessário, que não é o próprio, mas *representa* o próprio. Ou seja, recorremos a uma nova identidade em que nos fixamos quando nos demarcamos da nossa origem.

Também paradoxalmente, esse ser artificial deseja ser libertado dessa sua construção. Esse abandono geralmente só surge por amadurecimento e até admitimos que, por progressão em maturidade, somos menos compulsivos ao recurso às derivações de identidades, externas à nossa própria identidade.

Possivelmente também reconhecemos que todos os dias convivemos e protagonizamos nesta fenomenologia, e que tanto mais a alimentamos, quanto menos certos, ou satisfeitos, estamos de nós próprios. Seja na nossa existência individual, seja na nossa existência colectiva.

Munidos desta pista de leitura reportemos a uma discussão na Assembleia Legislativa da RAEM, na qual se propunha a implementação de alguma racionalização no número de veículos em circulação na RAEM - preocupação que se poderia admitir por pertinente face à confinação do território, aos seus reduzidos quilómetros de vias, ao número de lugares disponíveis para guardar esses veículos, ao facto de a circulação em Macau ter características urbanas e nessa categoria o automóvel privado nem sequer é o transporte preferido, mas principalmente pela contrapartida pública, ou antes pela contingência da falta dela.

Ou seja, não só o levantamento do que até é a nossa realidade, como um tema que poderia gerar, senão uma concretização de orientação, pelo menos uma predisposição solidária ao nível das responsabilidades de um plenário legislativo.

Todavia a reacção do plenário resultou deveras insólita caindo do sério, e em tudo parecia antes corresponder aos sinais das nossas fases *paranóicas*. As mesmas que atrás identificámos serem a que nos demarcam de nós próprios.

Não só a incontinência no modo da oposição à proposta em debate foi notória, como logo se revelou que se estava perante uma identidade artificial à identidade visada, configurada na pessoa do Presidente da Associação dos Importadores e Exportadores (deprendemos no interesse da importação de veículos, uma vez que a RAEM não os produz).

Insólito também porque presentemente não existe currículo escolar que não aflore a necessidade de uma disponibilidade solidária para as questões ambientais, as quais já fazem parte de estratégias globais, nas mais diversas vertentes naturais e culturais, e que tanto visam o *melhor estar* em âmbito de desenvolvimento, como poderão mesmo visar a própria sobrevivência em situações de rotura.

E, mesmo quando esta adesão não surge por franca convicção, já assiste pelo menos moderação, mais que não seja na vertente do que é politicamente correcto, e preparação para a necessidade de abdicar de alguma conveniência pessoal em matéria de ambiente .

A ocorrência também ganha uma curiosa relevância por o objecto visado ser o automóvel, sendo os exactamente carros os *icons* mais eficazes para a construção de uma identidade artificial.

Mas se dúvidas ainda pairassem de que o diagnóstico corresponde à matriz de construção da artificialidade, veio ainda a assistir o argumento no plenário, com a pergunta de retórica à Sr.a Deputada subscritora da proposta, se por acaso ela pretendia que voltássemos aos anos em que se andava de bicicleta na RPC.

A percepção que faltou ao argumento é que, na verdade, hoje em dia se circula mais de bicicleta no centro de Amsterdão e de Copenhaga do que no centro de Cantão ou de Pequim e, quem por ventura tenha abdicado de um automóvel em prole de uma bicicleta, não é certamente por regressão na sua condição de desenvolvimento. Antes por amadurecido reconhecimento do que não é necessário, e até se possa viver melhor. Opção cuja linha de pensamento até poderia ter origem oriental.

A suspeita emerge também da possibilidade da limitação da argumentação não ter estado apenas comprometida aos interesses sectoriais, ou se também comprometidas por um fenómeno de geração ou mesmo de qualquer passado traumático. Certo já é que uma resistente identidade artificial lê-se como uma resistente imaturidade nesta matriz da condição humana.

Para além das capacidades e qualidades que assim se plasmam e retractam, sobre as quais recaem necessariamente juízos de valor, intriga-nos ainda a razão deste estado de mentalidade e que fenómeno que lhe possa estar associado.

Uma das explicações possíveis é que a problemática do mundo global não está tanto nas diferenças intrínsecas das diversas identidades culturais, como de início se diagnosticara, mas muito mais nas diferenças do *momento* que anima a construção da identidade de cada participante no fenómeno globalização. *Momento* que é caracterizado pela fase e orientação em que se configuram as componentes culturais, sociais e económicas nessa ocasião particular do processo civilizacional e que, conseqüentemente, caracteriza o equilíbrio individual e social, assim como o impacto nos ambientes cultural e natural.

É também a marca do *momento* que atribui as oportunidades dos assuntos na perspectiva da sua utilidade, e também a concentração na plataforma instrumental (tecnologia e consumo) da quase exclusividade do sucesso de toda a convergência de globalização.

Mas é também a plataforma utilitária que mais capacidade tem de alimentar as nossas identidades artificiais, mantendo-nos fora de qualquer consciência consubstanciada de nós próprios, que necessariamente nos retira disponibilidade solidária, e ao ponto de toldar a visão às responsabilidades públicas de um plenário legislativo.

Mário Duarte Duque

In, Hoje Macau de 1 de Julho de 2004